

FORMIGA, Maria Clara Virgínio Araruna

Graduada em Hotelaria pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal da Paraíba.

BRAMBILLA, Adriana

Doutora pelas Universidades de Aveiro e do Minho (Portugal). Graduada em Administração de Empresas pela FAAP (Fundação Armando Álvares Penteado - SP), Mestre em Administração pela UFPB (Universidade Federal da Paraíba) e Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFPB, coordenadora do GCET-Grupo de Cultura e Estudos em Turismo e colaboradora do Grupo de Pesquisa CLLC da Universidade de Aveiro (Portugal).

VANZELLA, Elídio

Doutorado e mestrado em modelos de decisão em saúde (Estatística) pela UFPB, especialista em gestão de pessoas e graduado em administração. Professor na Unifuturo, orientador para o Programa de Mestrado em Educação da Florida Christian University nos EUA e em 2018 aderiu ao Education Without Borders Program como “Professor Sem Fronteiras”. Pesquisador do GCET-Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (base CNPq).

ACESSIBILIDADE PARA IDOSOS NO SETOR DE A&B DA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB

Maria Clara Virginio Araruna Formiga
Adriana Brambilla
Elídio Vanzella

Oturismo possibilita distintas modalidades e, em sua amplitude, uma das formas de segmentar ocorre pela variável demográfica, como exemplo a faixa etária, dando origem ao segmento turismo para a terceira idade. Esse perfil etário desperta a atenção do setor turístico, porque gosta de viajar e de aproveitar o tempo livre a aposentadoria lhe proporciona.

No Brasil, em concordância com o cenário mundial e das projeções da ONU (Organização das Nações Unidas) que apontam para um aumento da expectativa de vida, mesmo com a pandemia de Covid19 (ALVES, 2022), se observa o crescimento progressivo do segmento das pessoas com 60 anos e mais. Com isso, os agentes do turismo, incluindo os serviços de alimentos e bebidas, também conhecidos por A&B, perceberam uma maior necessidade de investimentos em acessibilidade, pois nesses estabelecimentos, essa deficiência pode comprometer o atendimento adequado aos idosos. Nesse contexto, ressalta-se a importância que esses estabelecimentos estejam em conformidade com as normas de acessibilidade e, assim atendam às necessidades dos visitantes, pois a hospitalidade é o ato de bem receber e, nesse sentido, se inclui a



acessibilidade oferecida pelos estabelecimentos voltados à alimentação dos visitantes, especificamente os restaurantes. Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar, em relação ao público da terceira idade, as condições de acessibilidade dos restaurantes localizados na orla da cidade de João Pessoa-PB.

A escolha pela cidade ocorreu em virtude de receber um grande número de visitantes idosos, além de possuir uma parcela significativa deste público em sua população (IBGE, 2022).

Os desafios da acessibilidade no turismo para a terceira idade

A temática da acessibilidade voltada ao público idoso tem feito parte de diversos debates e, dentre os vários setores que têm se preocupado com essa questão, o turismo se destaca, pois tem demonstrado interesse em buscar melhorias no atendimento. A realização da atividade turística, como apontam Evangelista, Brambilla e Vanzella (2018), pode ser considerada uma forma de manter uma vida saudável e ativa. Este ponto, para a experiência do turista da terceira idade, auxilia na sua integração social, oferecendo experiências que saiam do cotidiano e com atividades que ocupem seu tempo livre.

Cada vez mais as pessoas com sessenta anos e mais estão participando de diversas atividades, incluindo as viagens. Isso faz com que o segmento do turismo de terceira idade continue crescendo, principalmente porque a maioria das pessoas desse segmento etário possui mais tempo livre e disponibilidade financeira para vivenciar experiências



turísticas (MELO, VANZELLA e BRAMBILLA, 2019). No entanto, este público pode possuir limitações, sendo assim, é primordial que o setor turístico e o poder público se atentem às necessidades desse segmento, em todos os aspectos, para assim conseguir acolhê-los da melhor forma.

Sena, González e Ávila (2007) consideram que as pessoas que se enquadram em um grupo de vulnerabilidade específica devem receber mais atenção dos profissionais de turismo a respeito das suas necessidades. Dias (2018) reforça este pensamento quando discute sobre algumas necessidades públicas fundamentais para o melhor atendimento às pessoas idosas, como, por exemplo: acessibilidade, saúde e mobilidade, que quando combinados garantem a independência na vida cotidiana.

A acessibilidade nos espaços turísticos colabora para evitar a exclusão social e física, principalmente das pessoas que possuem mobilidade reduzida. Neste grupo estão incluídas as pessoas idosas, as obesas, grávidas, pessoas acompanhadas por criança de colo ou carrinho de bebê, além de qualquer indivíduo que possua mobilidade reduzida de natureza permanente ou provisória (ABNT 9050, 2015).

As contribuições da arquitetura e do design na oferta da acessibilidade nos estabelecimentos de A&B.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, por meio da norma NBR 9050/2015, os estabelecimentos que oferecem serviços de alimentos e bebidas devem atentar-se aos aspectos dos seus ambientes no que diz respeito à circulação de pessoas, principalmente nas



áreas comuns do local, de modo a proporcionar, a todos os seus consumidores, condições adequadas de visitação. A padroniza o exigida por meio desta norma diz respeito a ambientes públicos e privados (ABNT, 2015).

A observa o e o cumprimento da NBR 9050 pelos estabelecimentos de alimentos e bebidas, desde a idealiza o do local, facilita a concretiza o da acessibilidade em todo o ambiente e nos mais diversos aspectos. De forma geral, torna-se necessário que os ambientes disponibilizem infraestrutura inclusiva de modo a oferecer espaços acessíveis para todos e para que isto aconteça, torna-se importante o papel da arquitetura no desenvolvimento de espaços inclusivos que atendam às necessidades de todos os usuários dos locais.

A arquitetura, quando utilizada para resolu o de problemas de mobilidade nos estabelecimentos, busca garantir o acesso das pessoas da maneira mais eficaz possível. Balbi e Silva (2011) discorrem sobre a importância da correla o da acessibilidade com a mobilidade de modo a oferecer espaços seguros para pessoas com mobilidade reduzida e assim evitar a exclusão social destas pessoas.

Almeida, Pedroso e Cury (2016) explicam como os ambientes são planejados pensando mais na sua est tica do que na sua real funcionalidade, deixando de oferecer assim um espaço seguro para todos que desejam utilizá-los. Os autores asseveram, ainda, sobre como um ambiente seguro para a pessoa idosa consegue influenciar na qualidade de



vida deste público e apontam a importância da adaptação dos espaços para este público:

projetar um ambiente destinado ao público idoso, não significa retirar ou alterar todas as barreiras físicas, mas sim, dar a possibilidade ao idoso que ainda consegue exercer algumas atividades, que continue exercendo. Um exemplo são as escadas. Não é necessário substituir todas as escadas por rampas, às vezes, simples soluções como corrimãos fixos e em altura adequada e um piso antiderrapante são capazes de trazer mais segurança ao idoso que irá utilizá-la, sem ter a necessidade de privar esse idoso que ainda consegue subir uma escada, de subi-la (ALMEIDA, PEDROSO e CURY, 2016, p. 89).

Sabe-se que com o envelhecimento, o indivíduo passa a ter algumas necessidades que influenciam e são influenciadas diretamente pelo uso dos espaços físicos. Dorneles (2006) discorre a respeito das restrições que a pessoa idosa pode ter por conta do processo de envelhecimento e enfatiza que restrição é a dificuldade que uma pessoa pode ter ao realizar alguma atividade, considerando as suas condições físicas e as características dos ambientes. A autora também expõe como o desenho universal auxilia para que as pessoas, independente das suas condições físicas, utilizem os espaços e realizem atividades com autonomia e independência (DORNELES, 2006).

O desenho universal, também conhecido como design universal, é utilizado para fornecer ao usuário dos produtos e ambientes a sua independência, eliminando as mais variadas barreiras de uso (SÁ e ELALI, 2021). Começou a ser usado, segundo Feitosa e Righi (2016), na criação de projetos voltados para a arquitetura e urbanismo, nos Estados Unidos, por conta do aumento da população idosa e das pessoas com deficiência.



Tal alteração demográfica, resultou na criação de leis específicas para assegurar os direitos básicos dessas pessoas. Nesse contexto, possui sete princípios universais que devem ser adotados, são eles: uso equitativo (o projeto deve ser adequado e inclusivo para pessoas com habilidades diferentes); uso flexível (o projeto deve ser desenvolvido para atender um grande número de preferências); uso simples e intuitivo (o projeto ser de fácil entendimento, não dependendo da experiência ou conhecimento prévio do usuário); informação de fácil percepção (as informações a respeito do uso devem ser comunicadas da maneira mais eficiente); tolerância ao erro (o projeto deve ter poucas chances de consequências que possam gerar acidentes); baixo esforço físico (o projeto deve possibilitar conforto no momento em que a atividade é realizada) e dimensões e espaço para aproximação e uso (o projeto deve ser feito para que qualquer usuário independente da sua mobilidade ou tamanho possa usá-lo) (PORTO e REZENDE, 2016).

No Brasil, segundo Porto e Rezende (2016), o debate a respeito do uso do design universal foi iniciado no ano de 1980 e a conscientização deu-se a partir do ano de 1981, quando ocorreu o Ano Internacional de Atenção às Pessoas com Deficiência e que levou ao desenvolvimento de leis e regulamentações voltadas para pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida. Logo após, no ano de 1985, foi idealizada a primeira norma técnica brasileira a respeito da acessibilidade: a NBR 9050, que desde então sofreu revisões e alterações em 1994, 2004 e 2015.



Para realizar o planejamento de um ambiente, é necessário conhecer as necessidades de quem vai frequentar e, desta forma, eliminar ou minimizar as dificuldades no ambiente que podem ser obstáculos para o uso. Porto e Rezende (2016) explicam que, com base nos princípios do design universal, existem quatro grupos que devem ser considerados no momento do desenvolvimento de um projeto: as crianças, os adultos, os idosos e as pessoas com deficiências. O uso do desenho universal voltado para o público idoso pode ser utilizado para o desenvolvimento e adaptação de ambientes que forneçam segurança, saúde, independência e conforto para essas pessoas. Ao desenvolver projetos de ambientes com características que facilitem a experiência destas pessoas, os designers e arquitetos passam a oferecer os mesmos atributos para outros públicos, aumentando assim o número de usuários finais.

Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido com base no Projeto de Iniciação Científica que faz parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) através da Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (Propesq/UFPB) cujo título é “Acessibilidade para idosos: um estudo aplicado nos restaurantes da cidade de João Pessoa-PB” no âmbito do Grupo de Cultura e Estudos em Turismo (GCET).

Para o desenvolvimento do estudo, adotou-se a pesquisa bibliográfica, documental e descritiva com abordagem qualitativa, cujo instrumento de pesquisa elaborado foi a *checklist* com itens de acessibilidade em consonância com a norma técnica NBR 9050/2015.



Inicialmente foi realizado um levantamento dos bares e restaurantes localizados nas praias do Bessa, Manaíra, Tambaú e Cabo Branco na cidade de João Pessoa/PB. A escolha pelos estabelecimentos instalados nesses bairros ocorreu em virtude de ser a região que concentra o maior fluxo turístico.

A pesquisa de campo ocorreu no período de março a julho de 2022, sendo selecionados os estabelecimentos ativos no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), do Ministério do Turismo e os que fazem parte da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), totalizando 30 estabelecimentos, entre bares e restaurantes.

O instrumento de pesquisa foi aplicado nesses empreendimentos tendo como foco verificar as condições de acessibilidade para os turistas idosos, contemplando questões relacionadas a norma ABNT 9050/2015.

Análise e discussão dos resultados:

O instrumento de pesquisa, elaborado conforme as normas da NBR 9050/2015, permitiu que fossem observados os aspectos da acessibilidade no cenário da pesquisa. Foram avaliados pontos como acessibilidade na entrada do local, estacionamento disponível, acesso às mesas, disponibilidade de banheiro acessível, assim como o piso utilizado nos estabelecimentos, sinalização de segurança e disponibilidade de cardápios em Braille e com caracteres ampliados, além de outros pontos que possam facilitar a visita e permanência de idosos e pessoas com deficiência nos bares e restaurantes.



O instrumento de pesquisa foi aplicado em onze estabelecimentos do bairro do Bessa, nove do bairro de Tambaú, cinco do bairro de Manaíra e em cinco estabelecimentos do bairro de Cabo Branco, totalizando trinta empreendimentos. Para melhor entendimento, os dados foram organizados em tópicos e divididos em tabelas. Abaixo são expostos os dados obtidos durante as visitas de todos os pontos observados nos estabelecimentos que fizeram parte da pesquisa.

Tabela 1- Avaliação das mesas

Porcentagem de adaptação	Pontos de acessibilidade observados nas mesas
90%	Mesas acessíveis com altura entre 0,75 cm e 0,85 cm do piso
90%	As mesas acessíveis estão interligadas a uma rota acessível

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

O primeiro ponto a ser analisado foi referente às mesas, onde foi observado se as mesas disponíveis estavam localizadas em um ponto acessível no salão dos restaurantes. Neste ponto, como em relação à altura das mesas, que deve ser entre 0,75 cm e 0,85 cm do piso do local (NBR 9050/2015), foi observado que 90% dos estabelecimentos visitados estavam de acordo.

Tabela 2 – Avaliação dos cardápios

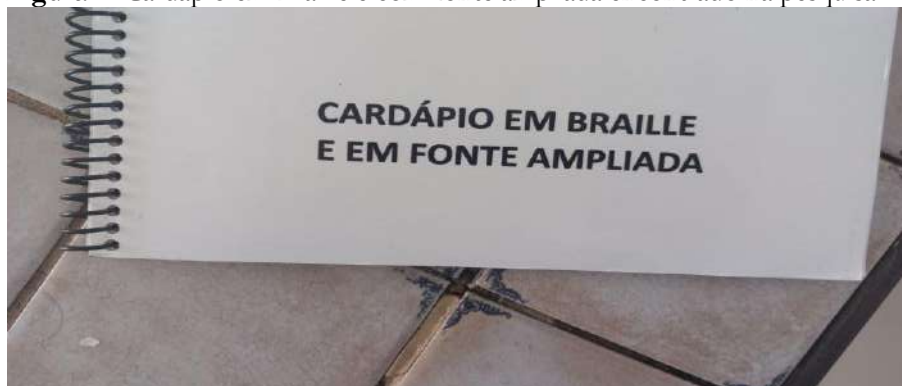
Porcentagem de adaptação	Pontos de acessibilidade observados nos cardápios
33,3%	Possui cardápio em Braille
23,3%	O cardápio possui texto com caracteres ampliados
33,3%	O cardápio possui cores fortes e de fácil visualização

Fonte: dados da pesquisa, 2022.



Em relação aos cardápios dos estabelecimentos foi observado se possuíam caracteres ampliados, neste ponto foi constatado que 23,3% dos locais disponibilizavam cardápios com caracteres maiores para facilitar sua leitura. Ainda sobre as características dos cardápios, foi observado se possuíam cores fortes que ajudassem também no momento da leitura, neste ponto, 33,3% dos restaurantes estavam de acordo. Também foi verificado se os restaurantes disponibilizavam cardápio em Braille e foi constatado que 33,3% dos locais visitados possuíam.

Figura 1- Cardápio em Braille e com fonte ampliada encontrado na pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Tabela 3 – Avaliação dos banheiros

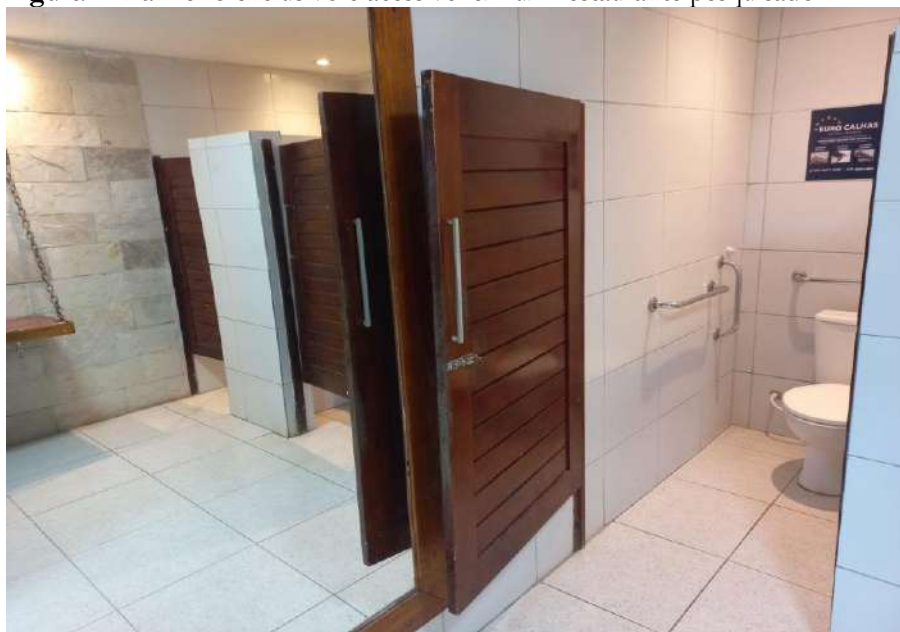
Porcentagem de adaptação	Pontos de acessibilidade observados nos banheiros
90%	A rota acessível inclui o acesso ao sanitário acessível
0%	Disponibilidade de cadeira higiênica
100%	Possui banheiros acessíveis
100%	O banheiro possui barras de apoio

Fonte: dados da pesquisa, 2022.



No que se referem aos banheiros, todos os estabelecimentos visitados possuem banheiros acessíveis com barras de apoio e maior espaço no seu interior, para que sejam utilizados por pessoas com algum tipo de deficiência. Ainda em relação aos banheiros, nenhum dos locais visitados dispunha de cadeira higiênica e, 90% dos locais tinham seus banheiros acessíveis localizados em uma rota de fácil acesso.

Figura 2- Banheiro exclusivo e acessível em um restaurante pesquisado



Fonte: Dados da pesquisa, 2022



Figura 3- Banheiro acessível visitado em um dos restaurantes pesquisados



Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Tabela 4 – Avaliação dos estacionamentos

Porcentagem de adaptação	Pontos de acessibilidade observados nos estacionamentos
30%	Possui quantidade mínima de vagas no estacionamento exigida por lei
26,6%	As vagas possuem sinalização acessível horizontal
3,3%	As vagas possuem sinalização acessível vertical
13,3%	As vagas possuem espaço direcional com largura mínima de 1,20m
33,3%	As vagas estão vinculadas às rotas acessíveis
16,6%	As vagas estão localizadas de forma a evitar a circulação entre veículos

Fonte: dados da pesquisa, 2022.



No que diz respeito à acessibilidade nos estacionamentos, foi observado que 30% possuem quantidade mínima de vagas reservadas para P.C.R (Pessoa em Cadeira de Rodas). Destes, 3,3% possuíam sinalização vertical da vaga, 26,6% possuía sinalização horizontal visível, 13,3% possuía vagas com espaço direcional de no mínimo 1,20m. Por fim, foi observado se as vagas estavam localizadas a uma rota acessível, neste ponto 33,3% dos locais dispuseram suas vagas reservadas em um ponto considerado acessível. Também foi analisado se as vagas estavam localizadas de forma adequada sem dificultar a movimentação das pessoas em direção à entrada do estabelecimento, neste quesito, 16,6% dos estabelecimentos estavam de acordo. Nesse contexto, percebeu-se que é um ponto para melhorias e que precisa de mais atenção por parte da gestão dos estabelecimentos e do setor público.

Figura 4- Estacionamento sinalizado de um dos estabelecimentos pesquisados



Fonte: Dados da pesquisa, 2022



Figura 5- Estacionamento encontrado com deficiência nas marcações



Fonte: Dados da pesquisa, 2022

Tabela 5 – Avaliação das áreas comuns, salão e circulação

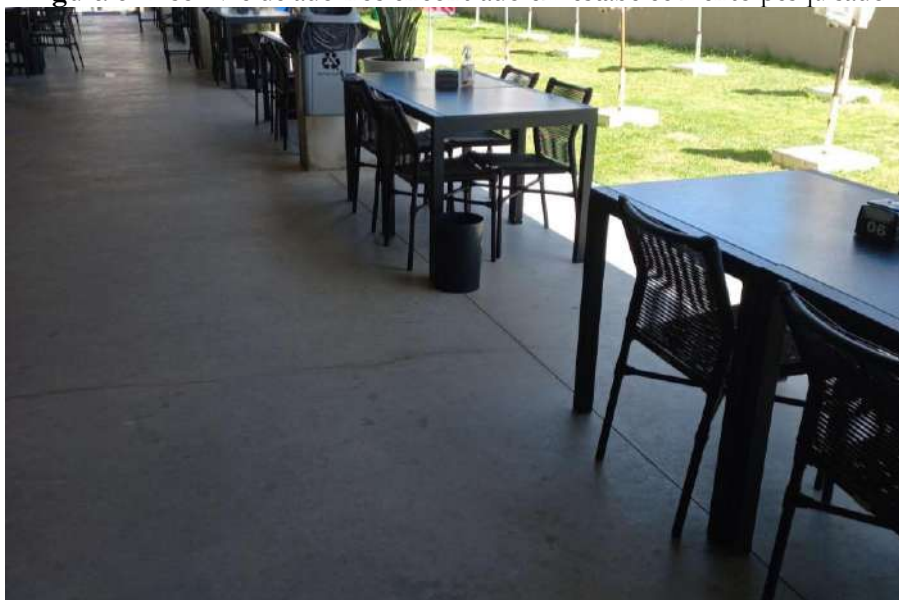
Porcentagem de adaptação	Pontos de acessibilidade observados nas áreas comuns
3,3%	Existe sinalização, Braille e piso tátil nas escadarias
40%	Possuem piso antiderrapante e antitrepidante nas áreas comuns
26,6%	Os tapetes e capachos estão fixados ou embutidos
3,3%	Existe sinalização tátil e cromo diferenciado no piso
43,3%	Piso antiderrapante nas áreas escorregadias, com diferentes texturas e cores contrastantes

Fonte: dados da pesquisa,2022.



Também foi analisado se o piso das áreas comuns dos bares e restaurantes era de material antiderrapante, se possuíam sinalização tátil, se os tapetes e capachos eram fixados ao piso para evitar possíveis acidentes e se as escadarias existentes possuíam sinalização, Braille no corrimão ou piso tátil. Em relação ao piso, foi verificado que 40% possuem piso antiderrapante nas áreas comuns e 43,3% dos estabelecimentos possuíam esse piso em áreas escorregadias. Em relação às escadarias, 3,3% dos locais possuíam sinalização. No que diz respeito aos tapetes e capachos encontrados nas áreas comuns, cerca de 26,6% dos restaurantes mantêm estes adornos fixados ao chão. Por fim, em relação à sinalização diferenciada no piso das áreas comuns, foi observado que apenas 3,3% dos locais possuíam alguma sinalização. Demonstrando a necessidade de melhorias nos empreendimentos.

Figura 6- Piso livre de adornos encontrado em estabelecimento pesquisado



Fonte: Dados da pesquisa, 2022



Tabela 6 – Avaliação da sinalização

Porcentagem de adaptação	Pontos de acessibilidade acerca da sinalização dos locais
13,3%	Sinalização de emergência visual e sonora na rota de fuga
0%	Alarme sonoro na saída de emergência
70%	Alarme visual na saída de emergência

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Na avaliação da sinalização visual ou sonora na rota de fuga/saída de emergência dos bares e restaurantes, foi verificado que nenhum possui alarme sonoro e 70% possuem alarme visual, como placas informando o lado da saída de emergência e luzes de emergência que são ligadas quando necessário. Além disto, em relação a sinalização de emergência visual e sonora na rota de fuga dos estabelecimentos visitados, foi observado que somente 13,3% dos locais possuíam tal sinalização.

Figura 7- Placa de sinalização encontrada num dos estabelecimentos avaliados



Fonte: Dados da pesquisa, 2022



Por fim, também foi verificado na *checklist* se os estabelecimentos ofertavam capacitações aos funcionários para o atendimento de pessoas com algum tipo de deficiência. Foi constatado que 36,6% dos locais visitados oferecem ou já ofereceram alguma capacitação aos seus funcionários em relação a atendimento diferenciado.

Foi observado que 23,3% dos bares e restaurantes visitados não possuem acessibilidade, oferecendo menos de 30% dos pontos observados da *checklist* aplicada. Do total, 56,7% dos estabelecimentos, oferecem acessibilidade insuficiente, estando de acordo de 30 a 49% dos pontos verificados no instrumento de pesquisa. Apenas 20% dos empreendimentos pesquisados oferecem acessibilidade de acordo com a avaliação realizada. Assim, foi constatado que nenhum dos estabelecimentos visitados oferece acessibilidade em seus ambientes de forma a atender a norma ABNT 9050/2015.

Tabela 7- Quadro geral da acessibilidade

Quantidade	%	Conceito	% de inclusão
0	0,0	Totalmente acessível	90 a 100%
0	0,0	Boa acessibilidade	70 a 89%
6	20,0	Com acessibilidade	50 a 69%
17	56,7	Acessibilidade insuficiente	30 a 49%
7	23,3	Sem acessibilidade	< 30%

Fonte: dados da pesquisa, 2022.



Após todas as visitas e verificação de todas as checklists que foram aplicadas nos estabelecimentos que fizeram parte do estudo, pode-se observar que alguns pontos que não atenderam a NBR 9050 se repetiam em boa parte dos restaurantes, como por exemplo: falta de alarme sonoro na saída de emergência dos locais e indisponibilidade de cadeira higiênica. Alguns outros pontos também foram pouco considerados por boa parte dos estabelecimentos visitados como: sinalização nas vagas acessíveis nos estacionamentos assim como fácil localização das mesmas, sinalização nas escadarias, piso tátil e cromo diferenciado no piso das áreas comuns de livre acesso dos consumidores e sinalização sonora e visual na rota de fuga dos locais. No entanto, os itens que não estão de acordo com a norma ABNT 9050/2015 são de fácil correção, mas é preciso que os gestores tenham atenção e atitude para mudar essa situação.

Considerações finais

Com a análise dos restaurantes, selecionados para a pesquisa, na cidade de João Pessoa, foi possível identificar uma adaptação apenas parcial dos estabelecimentos aos itens de acessibilidade que constam na NBR 9050/2015. Foi observado que uma parte desses locais oferecem acessibilidade, mas de maneira incompleta, principalmente nos ambientes onde os consumidores possuem livre acesso e, com isso, emerge a necessidade de mais envolvimento do setor público para orientar e auxiliar esses estabelecimentos a se adequarem aos padrões de acessibilidade preconizados na norma NBR 9050/2015.



Dos pontos avaliados, apenas a existência de banheiros acessíveis e adaptados com barras de apoio foram avaliados como satisfatórios nos restaurantes pesquisados. E, embora seja apenas um item, deve ser ressaltado, pois demonstra que os demais requisitos também podem ser alcançados.

Com a pesquisa foi possível perceber que, embora os restaurantes de João Pessoa não atendam completamente as exigências da norma sobre acessibilidade, estes estabelecimentos forma geral, apresentam condições regulares de acessibilidade para as pessoas idosas e para pessoas com dificuldade de mobilidade, pois foi possível observar ações mínimas que facilitam a permanência e a independência deste público nos locais.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Y. S.; PEDROSO, E. S. R.; CURY, M. D. A. Qualidade de vida na terceira idade: A influência da arquitetura na melhoria das condições de vida dos idosos. **Tópicos em Ciências da Saúde**, Volume 12, p. 7, 2016. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2017/TRABALHO_EV075_MD4_SA16_ID2246_11102017192809.pdf>. Acesso em 28 ago. 2022.

ABNT- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, p. 2. 2015.

BALBI, R. S.; SILVA, J. C. P. Mobilidade, Acessibilidade e Design: uma relação necessária. **Anais Desenhando o Futuro**, v. 01, n. 01, p. 01-08, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/134721>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

DIAS, C. D. S. **Envelhecimento e turismo: Importância da acessibilidade nas praças do Projeto Reviver do Centro Histórico de São Luís**. 2018. Disponível em: <https://rosario.ufma.br/jspui/handle/123456789/2955>. Acesso em: 20 jun. 2022.

DORNELES, V. G. Acessibilidade para idosos em áreas livres públicas de lazer. **Dissertação de Mestrado**. 2008.

EVANGELISTA, G. P. D.; BRAMBILLA, A.; VANZELLA, E. Acessibilidade para idosos: um estudo aplicado ao Theatro Santa Roza. In: BRAMBILLA, A.; VANZELLA, E.; SILVA, M.F. T & H - **Turismo e Hotelaria no Contexto da Acessibilidade**, p. 248-279, 2018. Disponível em: <http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/hotelaria/turismo-e-hotelaria-no-contexto-da-acessibilidade/thcontexto_acessibilidade.pdf>. Acesso em 20 jun. 2022.

FETTOSA, L. S. R., RIGHI, R. Acessibilidade Arquitetônica e Desenho Universal no Mundo e Brasil. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 4, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Lucas-Feitosa-5/publication/312247395_Acessibilidade_Arquitetonica_e_Desenho_Universal_no_Mundo_e_Brasil/links/5fb7aa95a6fdcc6cc64f80a3/Acessibilidade-Arquitetonica-e-Desenho-Universal-no-Mundo-e-Brasil.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

Florianópolis, 2006. 178p. **Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)** – Programa de Pós graduação, UFSC, 2006.

MELO, P. F. C.; VANZELLA, E.; BRAMBILLA, A. Turismo de sol e praia: um estudo sobre a acessibilidade para a terceira idade na praia da Penha – João Pessoa.



Anais VI CIEH. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/54271>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

PORTO, C. F.; REZENDE, E. J. C. Terceira idade, design universal e aging-in-place. **Estudos em Design.** Rio de Janeiro, p.152-168, 2016. Disponível em: <<https://estudosemdesign.emnuvens.com.br/design/article/view/301>>. Acesso em: 12 set. 2022.

SÁ, D. C., ELALI, G. A. Pensando mobilidade, projetando acessibilidade. **II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Natal.** 2012. Disponível em: <http://projedata.grupoprojetar.ct.ufrn.br/dspace/bitstream/handle/123456789/1431/2_ENANPARQ_2012_S%c3%81_ELALI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 12 set. 2022.

SENA, M. F. A., GONZÁLEZ, J. G. T., ÁVILA, M. A. **Turismo da terceira idade: análises e perspectivas.** 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1154/115416294008.pdf>> Acesso em: 04 set. 2022.

Ficha catalográfica

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

T938 Turismo & hotelaria no contexto da arquitetura e urbanismo 2
[recurso eletrônico] / Organização: Zilsa Maria Pinto
Santiago, Ricardo Alexandre Paiva, Elídio Vanzella. - João
Pessoa: Editora do CCTA, 2023.

Recurso digital (10,1 MB)

Formato: ePDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-65-5621-331-6

1. Turismo e hotelaria. 2. Arquitetura. 3. Urbanismo.
I. Santiago, Zilsa Maria Pinto. II. Paiva, Ricardo Alexandre.
III. Vanzella, Elídio.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 338.48:640.41

Elaborada por: Susiquine R. Silva CRB 15/653

Direitos desta edição reservados à: GELINS/UFS Impresso no Brasil *Printed in Brazil*
Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.